



## bibliografia

### **Saúde, desenvolvimento e território**

Organizadores: Ana Luiza D'Ávila Viana, Nelson Ibañez e Paulo Eduardo Mangeon Elias

Está tomando corpo, no Brasil e no mundo, um novo debate sobre saúde e desenvolvimento, baseado, sobretudo, na indagação a respeito dos conflitos políticos gerados ao se separar a política econômica, voltada ao complexo econômico da saúde, e a política social, voltada à proteção social em saúde.

No Brasil, existe uma clara separação entre as políticas de modernização na saúde, direcionadas à inovação tecnológica e ao funcionamento do mercado financeiro no âmbito do complexo econômico, e as políticas sociais, não inseridas nos projetos recentes de desenvolvimento. Esse paradoxo de separar o econômico do social tem reflexos diretos para efetivação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

As contradições geradas pela separação entre o complexo econômico da saúde e a política de proteção social incitam o resgate e a revisão do conceito de desenvolvimento, como questão estratégica para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais, e do papel do Estado na proteção social em saúde.

O livro busca fomentar o debate sobre a construção de um novo ciclo voltado ao desenvolvimento nacional e a criação de uma articulação virtuosa entre políticas sociais e demais políticas públicas. Para isso, reúne um grupo de trabalhos, frutos de pesquisas originais, com intuito de identificar lições apreendidas na história recente brasileira acerca dos temas desenvolvimento e saúde, território e saúde e, ainda, a identificação de novas perspectivas analíticas para essas questões.

**Ana Luiza d'Ávila Viana** é economista, doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora doutora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora de pesquisas sobre políticas de saúde em parceria com instituições brasileiras e internacionais.

**Nelson Ibañez** é médico, Livre-docente em Políticas de Saúde e Administração Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP, professor adjunto do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Coordenador do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan e médico sanitário do Governo do Estado de São Paulo.

**Paulo Eduardo Mangeon Elias** é médico, doutor em Medicina pela USP, professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Os autores são também coordenadores do livro: "Proteção Social: dilemas e desafios". Hucitec, 2005.

ISBN 978-85-7970-004-0. São Paulo: Hucitec, 2009. 307 páginas.

### **Responsabilização na reforma do sistema de saúde - Catalunha e Brasil**

Maria Arlete Duarte de Araújo

Nos últimos anos, a análise dos modelos de gestão de Serviços Públicos nos países desenvolvidos tem indicado um conjunto de tendências que envolvem desde a preocupação em reduzir o déficit fiscal mediante políticas de privatização e desregulamentação, bem como a descentralização funcional e territorial, até uma maior participação no gerenciamento de serviços por parte das ONGs ou empresas privadas. Os objetivos não poderiam ser mais claros: capacitar e organizar o Estado, administrar com eficiência os gastos públicos e desenvolver mecanismos de participação cidadã, agindo sempre com a devida transparência. Ao comparar os modelos de implementação e regulação das políticas de Saúde no Brasil e na Catalunha, a autora realiza uma importante pesquisa das recentes estratégias de melhoria na gestão dos programas de atuação pública.

O conceito de responsabilização por controle social desenvolvido nesse livro se baseia na convicção de que a qualidade de um bom sistema de governança é definida pela participação da cidadania. Por outro lado, a adaptação às necessidades concretas do cidadão pode gerar diversificação organizacional, o que torna imprescindível focar estratégias de controle por competição administrada.

O que está em pauta é o monitoramento das atividades da administração pública por meio de avaliação de políticas ou programas. A responsabilização pelo controle de resultados aparece, assim, como um elemento indispensável para o funcionamento de um sistema de gestão.

Da busca por um Estado mais ágil e com maior capacidade de gerência das demandas de seus cidadãos, surgiu o conceito de responsabilização da administração pública. Ao analisar comparativamente a legislação relativa às reformas de saúde da Catalunha e do Brasil nos últimos anos, a autora não só identificou os resultados concretos – negativos e positivos – associados às distintas formas de responsabilização, como também a respectiva agenda sobre os desafios e dificuldades de implementação da responsabilização em um setor vital como o da Saúde. O livro assume maior relevância na medida em que as organizações sociais de saúde, que gerenciam Serviços Públicos de Saúde entre eles hospitais, em São Paulo e outros pontos do país, baseiam-se em parte no modelo catalão de gerenciamento de serviços próprios do Estado por terceiros.

Maria Arlete Duarte de Araújo é doutora em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV), com pós-doutorado na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. É pesquisadora nas áreas de reforma do Estado e políticas públicas.

ISBN 978-85-225-0799-3. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 340 páginas.